

REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ: A LUTA DO MST CONTRA A NOVA AMEAÇA RADIOATIVA NO SERTÃO CENTRAL

PAULO RICARDO DIAS¹

Resumo

Este artigo observa como objetivo discutir a Reforma Agrária no Ceará e as causas atuais de defesa da agroecologia no estado sob a ameaça crescente de projetos destinados a mineração de Urânio no sertão central cearense. O Sertão de Canindé, fortemente munido da presença da Igreja Católica e dos movimentos sociais remanescentes da capital, tomou o protagonismo dentro da pauta de reforma agrária no Ceará. Sendo então, os primeiros assentamentos e ocupações do estado, trazendo consigo os ares da possível exoneração do modelo agroindustrial para o agroecológico. Enquanto os conflitos ardiem na zona rural e urbana de Canindé e Santa Quitéria, os demais latifúndios pelo Ceará já se preparavam para possíveis ocupações, criando um ar de histeria pré-revolucionária nos grandes proprietários. Em Fortaleza a elite herdeira das propriedades no sertão também cumpria a função de desmobilizar, deturpar e criminalizar a luta camponesa e dos movimentos sociais através da imprensa. A violência também teve posição de destaque no palco dos conflitos entre camponeses e latifundiários, sendo um banho de sangue e pólvora, casos de extrema violência e perseguição não eram incomuns nos assentamentos com famílias inteiras lutando por sobrevivência. No contexto sociopolítico contemporâneo, a Reforma Agrária vem sendo fortemente debatida principalmente entre os mais jovens que desejam novos modelos de produção e uma perspectiva não destrutiva do solo, projeção que está diretamente ligada ao modelo de educação promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desde 2004 o Ceará discute sobre a reabertura da jazida de urânio de Itataia, em Santa Quitéria, na sub-região dos Sertões de Canindé; com movimentos ambientais e sociais se opondo diretamente ao projeto de exploração sob inúmeras justificativas de destruição da biodiversidade, apagamento das culturas e das comunidades da região nas quais a presença dos assentamentos da reforma agrária que são tão recorrentes assim como quilombolas, povos de terreiro e indígenas.

Palavras-chave: Reforma agrária; Agroecologia; Latifúndios; Urânio; Conflitos.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: pauloricardodias@alu.ufc.br

Introdução

A Reforma Agrária no Brasil passa por diferentes processos e experiências daquelas experimentadas no exterior, seja nos moldes estadunidenses ou cubanos (Silva, 1971). As peculiaridades do país impuseram novas estratégias aos movimentos camponeses pela democratização da terra, e, portanto, intensificou uma releitura drástica no modelo constitucional da reforma agrária². É começando por essa abordagem das diferenças práticas e teóricas da reforma agrária no Brasil que será possível traçar uma micro percepção da luta camponesa no estado do Ceará e em específico na região socioeconômica do Sertão de Canindé.

A problemática da má distribuição de terra no Brasil está enraizada no período colonial com as capitânicas hereditárias, passando pelo século XIX com a Lei de Terras³ e as políticas de incentivo ao comércio do café, do algodão e da cana de açúcar alicerçadas na oligarquia senhorial e na escravidão; um traço característico de dominação latifundiária, exceto pela escravidão propriamente dita, que de certo modo ainda se comporta até hoje dentro da sociedade rural-urbana. Esse feitiço sobrevive e alcança o Sertão Cearense por meio do coronelismo no século XX. As duas versões do coronelismo vistas no século XIX e XX estão conectadas pela produção do algodão para o mercado internacional, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra (Cunha, 2020).

No ano de 1970 foi criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁴, uma autarquia federal destinada a estabelecer assentamentos direcionados a reforma agrária em latifúndios expropriados no Brasil. No Ceará, foi em Canindé onde aconteceu a primeira desapropriação para fins de reforma agrária no estado, após um grande conflito de terras, que teve como alvo a Fazenda Japuaara, em 1971. Entretanto a História do MST começa bem antes da criação do INCRA.

No advento das discussões sobre democracia, direitos, igualdade, socialismo e/ou capitalismo que engoliram o Brasil no início do século XXI, a Reforma Agrária também

² Desde que foi promulgada a Constituição Federal em 1988, a reforma agrária veio presente no texto constitucional, visando trazer uma democratização do direito de propriedade, visando uma melhor distribuição da terra, para que melhor fosse trabalhada é garantindo além de crescimento socioeconômico a segurança alimentar para população.

³ Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil.

⁴ Criado a partir do decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970. Sua estrutura regimentar foi criada a partir do *decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006*, com a redação alterada e atualizada pelo *decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009*.

tomou lugar de destaque principalmente no discurso político, onde falar em distribuição justa de terra se tornou de praxe até para figuras à direita no espectro político-ideológico. Nos anos que se seguiram o primeiro mandato do governo Lula a discussão sobre reforma agrária foi ganhando espaço amplo no cenário nacional e internacional pois, muitos movimentos fora do Brasil viam o país com bastante potencial para este feito. Reformar ou não reformar o agro no país virou temas de jornais, revistas e até mesmo novelas⁵, tudo isso para inserir os cidadãos na constante formulação de uma opinião seja favorável ou contra Reforma Agrária. E agora, 2022, o Ceará discute não especificamente a reforma agrária, mas sim sobre a exploração de urânio que trouxe consigo um debate de cultura, permanência, trabalho e sociedade assim como os impactos que fatalmente afetará assentamentos do MST. Sair apenas do campo biológico-geográfico e adentrar ao campo sócio-histórico do projeto da mineração com tal porte é uma urgência defendida pelos movimentos sociais envolvidos, ou seja, é mais que necessário adentrar as Ciências Humanas neste debate desde a História até a Filosofia.

CABRAL VIU A TERRA, MAS NÃO VIU OS DONOS

As caravelas de Cabral chegaram no ano de 1500, em Porto Seguro, na Bahia, distante do que viria depois a se entender como Ceará e até mesmo do que iria ser a narrativa de Brasil. Essa distância, enquanto indivíduo “descobridor”, lhe pôs numa posição perfeitamente confortável de *tomar* o que estava ali, posto a sua frente, deitado em berço esplêndido sob o céu tropical. Nas palavras mais objetivas ele tomou o país de quem aqui antes estava, não importa se séculos ou milênios, eram as naus, as cruces, a espada e a pólvora que agora reinavam em Pindorama⁶. Na visão dos que chegavam, os nativos eram apenas criaturas naturais, não donos, pois sequer havia entre eles a ideia de propriedade e tampouco de utilização da terra para o plantio. Entendimento este que tempo depois serviu de narrativa para a construção da identidade histórica nacional do Brasil defendida por Von Martius⁷, o que não

⁵ O Rei do Gado estreou dois meses após a morte de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará. A reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foram abordados pela primeira vez numa telenovela. O tema teve grande repercussão na mídia e na sociedade em geral.

⁶ **Pindorama**: nome de nossa terra atribuído por algumas nações indígenas. Em tupi-guarani significa "terra das palmeiras". Esse nome foi mais usado no período anterior à chegada dos portugueses ao Brasil (1500). Embora os portugueses utilizassem outros nomes, muitos povos indígenas continuaram a usar Pindorama por muito tempo.

⁷ Carl Friedrich Philipp von Martius (Erlangen, 17 de abril de 1794 — Munique, 13 de dezembro de 1868) foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia.

é de fato uma verdade, afinal, os registros de plantações indígenas remontam a milênios antes da chegada de europeus em solo americano. Podendo citar os Tupis que eram horticultores, fazendo cultivo de diversas espécies de plantas alimentares como mandioca, milho e batata doce (Terra Brasileira, 2022). Passados os anos do ‘descobrimento’ Portugal tinha duas alternativas: perder as terras na América para os Franceses e Holandeses ou promover uma colonização emergencial das novas terras, Innocentini (2009, p. 14) afirma:

O fato de que os portugueses seguiam encontrando diversos navios franceses com pau-brasil, e até ocupando áreas que de acordo com o Tratado de Tordesilhas pertenciam a Portugal, ajudou a pressionar D. João na sua decisão por dividir o Brasil em CH’s e começar a povoá-lo para acabar com o risco de perder as terras para a França. Este se tornou, assim, outro objetivo da expedição.

Com a nova divisão de terras nas Capitânicas Hereditárias temos no Brasil os primeiros conceitos do que se configura com a má distribuição do solo, que por sua vez vem a ser a concentração de grandes latifúndios. Dentro do regime de Capitânicas Hereditárias nem mesmo os portugueses natos eram aptos a possuir terras, pois, apenas aqueles nomeados pela coroa lusitana teriam direito a colonizar a América dentro do Tratado de Tordesilhas⁸. Até mesmo intrigas política-familiares entravam nos critérios de nomeação dos chefes das capitânicas. Os donatários⁹ acabam por desfazer suas riquezas na metrópole e investir o máximo de recursos no que podemos nominar de “sonho brasileiro” da época, vendido como riqueza rápida e poder nos novos territórios além-mar. O fato é que a combinação da estrutura de poder aliada o percurso histórico que as grandes navegações tomavam resultou na desigualdade em distribuir terras e colonizar o país, daí compreendemos brevemente o fracasso do sistema de capitânicas e somos capazes de avançar para discussão fundiária que o Brasil herdou do seu período colonial.

LEI DE TERRAS: A MÃE DA DESIGUALDADE FUNDIÁRIA

Em 1850, reinado de D. Pedro II, temos o que seria denominada a Lei de Terras no Império do Brasil, onde a condição de possuir latifúndios era quase que intrínseca ao fator social do qual o indivíduo era originado. A terra, por conta das implicações da Inglaterra sobre as nações amigas em processo de industrialização, deixou de ter um caráter meramente social, no que diz respeito ao poder, e se tornou um objeto especialmente comercial destinado

⁸ O Tratado de Tordesilhas foi assinado em 7 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha, e por meio dele as duas nações estabeleceram a divisão das “novas terras” que estavam sendo encontradas no contexto das Grandes Navegações.

⁹ Fidalgo português a quem D. João III doou alguma capitania hereditária no Brasil

ao lucro e a geração de matéria-prima para alimentar o mercado industrial europeu (Cavalcante, 2022). O trabalho escravizado era ainda a herança do modelo agrícola antiquado usado pelo Brasil desde o período colonial, e o fato da independência ter ocorrido anos antes – em 1822 – não aboliu o sistema com que os latifúndios operavam no país, ainda sob a constante influência portuguesa, porém, intimava o Brasil enquanto império ajustar-se a um novo modelo agrícola de produção.

Como afirma Cavalcante (2022), página 1:

O tráfico negreiro, devido às pressões internacionais contrárias a esta prática, estava vivendo seu fim gradativo; até que, em 1850, a Lei Eusébio de Queirós aboliu definitivamente o tráfico do cenário nacional. Tornava-se necessário, então, pensar na substituição do trabalho escravo. Este seria um dos argumentos utilizados nos debates que girariam em torno das novas formas de distribuição da terra no Brasil.

Rondando em si mesmos, os senhores de terras temiam que a forma de distribuição tivesse um caráter emancipatório para os colonos que chegavam e anularia o poder que as grandes oligarquias senhoriais exerciam em seus domínios. No legado do regime de sesmarias¹⁰ a ocupação da terra tinha ligação direta com o cultivo dela, sendo isso pré-requisito também para o donatário de uma capitania que em diversos casos não cultivava o latifúndio devidamente e sequer o desenvolvia. Superando o antigo regime de sesmarias e capitanias começou-se a pensar os novos modelos de posse da terra que se alongou por anos em árduos debates entre os senhores latifundiários.

CORONÉIS E SEUS FEUDOS

Não diferente do restante do país, o Ceará do século XIX, com a Lei de Terras teve suas implicações agrícolas afetadas e isso se percebia no cenário econômico que imperava na província e no caso em específico, no sertão, onde a concentração de terras desordenadamente impelia senhores a dominarem seus ‘vassalos’, uma característica ainda mais remota que os sistemas de sesmarias ou de capitanias hereditárias, na verdade, um traço evidente de feudalismo. Identidade social de produção esta que serviu de arcabouço para o coronelismo que se manteve até meados do século XX, como cita Symanski (2008), página 2:

Originalmente, os coronéis eram os oficiais que chefiavam a extinta Guarda Nacional, título que era concedido aos, ou comprado pelos, mais poderosos latifundiários ou chefes políticos em um município, devido ao grande poder que essa titulação concedia na escala local.

¹⁰ O Brasil, o sistema de sesmarias foi aplicado como forma de garantir a posse do território, já dividido em Capitanias Hereditárias. As capitanias garantiam a posse e não representavam gastos para a Coroa, contudo os territórios sofriam com invasões.

A tradição de existir coronéis e senhores sobre as cabeças dos camponeses permanece até dos dias de hoje, de formas distintas ou semelhantes a outrora, sendo bastante recorrente um fluxo de relações de poder que esmagam descendentes de escravizados e de trabalhadores livres, residindo nas terras dos herdeiros dos grandes senhores latifundiários do século XIX.

Com as estiagens ao longo do século XIX e XX houve um êxodo rural dos camponeses pobres e também da elite senhorial que passou a ocupar posições políticas e culturais de destaque na capital cearense, Fortaleza. Foi por essa migração, com as classes bem delimitadas, que se deu também a configuração regional das cidades metropolitanas; antigos campos de concentração tornaram-se favelas e bairros ocupados pela elite latifundiária vinda do sertão tornaram-se a área nobre. Portanto, a fome tinha nome, arquétipo, endereço e classe social, diferente do que se dá no conhecimento comum, as desgraças eram direcionadas: a miséria era experimentada drasticamente pelos pobres e levemente assimilada pelas famílias abastadas. O Dr. Benjamin Barroso e membros de organizações de caridade eram os que mais se aproximavam dos flagelados¹¹, com o trabalho de caridade realizado por paróquias (Assumpto Triste, 1915).

Cabe citar Lacerda (2006), página 197-225:

Nos séculos XIX e XX, a população do Ceará experimentou vários períodos de seca marcados, por um lado, pela busca de sobrevivência e, por outro, pelo êxodo rumo à capital, Fortaleza, e para outros estados. A omissão do governo cearense no combate à seca e a fome foi evidente ao longo desse período, pois os dirigentes acreditavam que a seca era provocada por causas naturais. O pensamento da população atrelava à seca a vontade divina, e o governo se dizia influenciado por esse fato.

Mas focando em quem permaneceu no sertão temos que meramente tentar dimensionar o quão tensa as relações de poder ficaram tendo como cenário a seca e a fome. Nada inédito na rotina dos sertanejos, mas algo que sem dúvida iria impelir novos acontecimentos para a virada da primeira metade do século XX para a segunda. Era agora, num novo cenário histórico: antigos senhores de escravos violentando os descendentes destes que lutam pelo direito a terra árida que seus ancestrais fizeram florescer.

SANGUE E PÓLVORA

Os conflitos pela terra e o direito de nela fincar raízes através do trabalho tomaram magnitudes espantosas na segunda metade do século XX, especificamente em 1970 com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); as discussões

¹¹ Os camponeses que migravam do sertão para capital recebiam este nome, boa parte ficava retida nos campos de concentração nas zonas ao redor da capital cearense.

sobre reforma e distribuição de terra trazidas dos governos populistas estavam entranhadas no atual Regime Militar no Brasil (1964-1985). A causa anticomunista¹² pautava severamente o discurso contra a reforma agrária, exceto quando ela favorecia os grandes latifundiários e os projetos de poder-político nos seus “feudos”.

No Ceará as oligarquias não estavam interessadas em negociar com quaisquer camponeses que citassem o termo reforma agrária, e já em 1971 o primeiro assentamento destinado a reforma agrária no Ceará foi em Canindé, com a expropriação da Fazenda Japuaara e até hoje exerce um trabalho no serviço de educação camponesa, segundo dados do INCRA (INCRA, 2020).

Em 1984, com o fechar das cortinas do regime militar, ocorre o Primeiro Encontro Nacional do MST com a presença de uma delegação cearense em Cascavel no Paraná, onde ocorreu o encontro (Diniz, 2010). Depois disso a primeira ocupação do MST Ceará ocorre também na região de Canindé, como pontua Diniz (2010), página 136-137:

A primeira ocupação ocorreu com 450 famílias, na propriedade chamada de Fazenda Reunidas São Joaquim S/A – Agricultura e Comércio, abrangendo uma área de 22.992 ha., distribuída por três municípios: Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. Esse imóvel era de propriedade do Sr. Wicar Parente de Paula Pessoa, conhecido como General Wica, e da esposa Sra. Zilda de Castro Parente Pessoa. Conforme relatos, o tamanho do imóvel foi uma consequência do processo de invasão e tomada de terras dos vizinhos. Com o falecimento do proprietário em 1986, em 1989, ainda, encontrava-se em fase de inventário. Nas fazendas reunidas S. Joaquim em 1989, data da ocupação, residiam cem famílias na condição de moradores de sujeição, e a propriedade foi caracterizada improdutiva. A ocupação ocorreu na mata fechada, onde homens, mulheres e crianças chegaram de madrugada. Em sua maioria os homens eram adultos e casados; em alguns casos, as famílias foram completas e, em outros só o homem com um filho ou só a mulher, deixando marido e filhos com parentes, pois o restante da família ficava para garantir o próprio sustento. As famílias acampadas foram tomadas por sentimentos contraditórios. Em alguns momentos, eram tomadas pelo medo do dono da terra, da polícia e do novo. Em outros momentos, os acampados eram invadidos de felicidade, alegria, esperança por lutarem pela melhoria de vida, deixarem os trabalhos de superexploração e humilhações para serem libertos. O sonho de ter a terra na qual poderiam plantar e construir a casa, sem precisar dividir a produção com o patrão, alimentava o sonho da liberdade. Nas falas dos assentados do 25 de Maio, os relatos de sofrimento e sonho estão muito presentes, quando discorrem sobre a história da ocupação. Ainda em setembro de 1989, 800 famílias se organizaram para ocupar a Fazenda Tiracanga em Canindé, mas na hora da ocupação os camponeses foram impedidos de realizá-la, pois a União Democrática Ruralista (UDR) bloqueou a passagem de aproximadamente 200 famílias, as outras 600 conseguiram desviar o bloqueio e ocuparam a Fazenda Touro, no Município de Itapiuna. Logo depois do bloqueio da UDR as famílias ocuparam a fazenda Tiracanga. Essa ação que deveria constituir a ocupação de um imóvel resultou em duas ocupações no mesmo período. Essas famílias foram despejadas e transferidas para uma fazenda experimental em Santa Quitéria. Em ambos os casos, apesar dos despejos, as famílias conseguiram ser assentadas. Essas vitórias foram fundamentais na construção dos alicerces de constituição e consolidação do MST no Ceará.

¹² O Anticomunismo é uma corrente ideológica com aversão aos princípios do comunismo.

O medo de perseguição era constante, e em diversos casos pelo Brasil lideranças foram assassinadas das maneiras mais cruéis possíveis, podemos apontar o caso de Eldorado dos Carajás¹³. No Ceará os conflitos permanecem numa escala inferior, mas ainda igualmente violenta e dessa vez mais institucionalizada, onde o direito de existência e trabalho é castrado das famílias já assentadas, contando nessa soma o aniquilamento de suas formas de lidar com a terra através da agroecologia.

Diniz (2010), página 139:

A partir de 2001, o MST-CE começa a ter como uma da principal preocupação a gestão/ organização interna, em decorrência do acompanhamento do elevado número de assentamentos e dos acampamentos no Estado. Nesse mesmo ano, o Movimento comemora o dia do Trabalhador Rural com missa e protesto. Em Ocara foi celebrada uma missa, próximo ao local onde foi assassinado o Sem Terra Denir. Participaram do ato assentados do município e localidades vizinhas que recordaram, o cerco aos que estavam acampados, há um ano, nas proximidades da Fazenda Lagoa do Serrote, do qual resultou uma morte e nove feridos.

AMEAÇA RADIOATIVA NO CEARÁ E OS IMPACTOS NA AGROECOLOGIA¹⁴

O trabalho de ensino da agroecologia através das escolas administradas pelo MST possui um papel determinante no futuro da causa pela reforma agrária e principalmente para a projeção de um país com soberania alimentar (Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022). Seja pela ocupação de terras expropriadas, pela educação agroecológica ou pela disputa nas narrativas políticas o serviço prestado pelo MST a causa agrária é essencial, mas, pouco se revela na hegemonia neoliberal das imprensas e dos recentes governos federais. E agora, 2022, o modo de existir e produzir de diversos assentamentos do MST estão ameaçados pelo projeto de mineração de urânio¹⁵ e fosfato¹⁶ (este que será destinado a produção de fertilizantes) na região dos Sertões de Canindé, locais, onde citado anteriormente,

¹³ A caminhada que tinha começado no dia 10 de abril foi parada com sangue em um ataque da Polícia Militar que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado do Carajás. Um total de 155 policiais militares estiveram envolvidos na operação que deixou 21 camponeses mortos, 19 no local do ataque, e outros dois que faleceram no hospital.

¹⁴ A agroecologia é o estudo da agropecuária em uma perspectiva ecológica, visando viabilizar a atividade econômica agrária e ao mesmo tempo preservar o meio-ambiente. Sabemos que, na atualidade, é crescente a preocupação com os impactos socioambientais das diversas atividades econômicas na cidade e no campo. Também chamamos de agroecologia as práticas derivadas de tais estudos, visando um cultivo e manejo sustentáveis.

¹⁵ O urânio é um elemento conhecido pela sua radioatividade e foi descoberto na Alemanha em 1789 por Klaproth.

¹⁶ sal ou éster do ácido fosfórico ou ânion dele derivado.

há assentamentos importantíssimos para a subsistências de centenas de famílias que tiram seu sustento da terra que tanto lutaram para residir.

Medeiros e Diniz (1999), página 82, afirmam:

Assim sendo, sentimos a necessidade de analisar os benefícios, custos e danos, principalmente para a população do entorno imediato da mina, formada por aproximadamente seis mil famílias, distribuídas em vinte e sete comunidades no município de Santa Quitéria e quinze no município de Itatira. Dentro das vinte e sete comunidades no município de Santa Quitéria, existem quatro assentamentos, todos frutos da luta pela terra, a saber: Saco do Belém, Morrinho, Queimadas e Alegre Tatajuba. Isso nos leva a refletir no fato de que os camponeses, durante anos, travaram uma luta para ter acesso à terra e, após ter conquistado o sonho de ter um pedaço de chão para viver com dignidade, se veem, agora, no risco de terem que abandonar o lugar, por conta da invisível ameaça da radiação.

Estudos ainda mais recentes mostram os riscos para a saúde das pessoas e para o equilíbrio da biodiversidade local, existem relatos em outras regiões do país onde os acidentes ocorrerão de modo recorrente na zona de exploração de urânio, na reportagem feita pela BBC News Brasil (2019)¹⁷:

A reportagem teve acesso a um relatório produzido pela Secretaria de Saúde da Bahia que aponta a ocorrência de pelo menos cinco acidentes que expuseram o solo e os cursos d'água à radiação, entre 2000 e 2014, período do primeiro ciclo da mineração de Urânio em Caetité. Foram ouvidas autoridades de saúde que confirmaram a alta incidência de tumores cancerígenos em paciente de Caetité e Lagoa Real. A causa provável da contaminação estaria relacionada às explosões usadas para extrair o urânio do solo. As partículas radioativas se espalham pelo ambiente ao redor, contaminando a vegetação com um gás tóxico, o radônio. Esse gás pode agredir a pele dos trabalhadores e também se espalha por comunidades próximas.

No parecer técnico feito pelo grupo Tramas da Universidade Federal do Ceará e Universidade do Vale do Acaraú, existe uma série de pontos irregulares na exploração de urânio que podem levar a uma contaminação a níveis elevados de trabalhadores (as) e moradores da região onde a mina irá operar. Dados extraídos do parecer técnico Núcleo Tramas/UFC, Universidade Estadual Vale do Acaraú, (Rigotto, Aguiar, Costa, & Almeida, 2014):

Enquanto especialistas, coadunamos com a preocupação com a radiação expressa pela população local, sublinhando que a Resolução CONAMA 1/86, de 23 de janeiro de 1986, ao definir impacto ambiental, no inciso I de seu Artigo 1º destaca a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Neste sentido, a omissão intencional e confessada desta análise de risco no EIA já levanta questionamentos sobre a capacidade do consórcio empreendedor de identificar e avaliar os principais riscos do empreendimento, e atuar com responsabilidade e transparência em relação a eles. A estratégia da minimização ou ocultamento dos riscos relacionados à radiação fica clara na superficialidade e incompletude da abordagem da saúde

¹⁷ Mineração de urânio no sertão da Bahia traz à tona memória de contaminação - BBC News Brasil - <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50077223> - 2019

realizada no Volume I, 8 omitindo-se em todo o documento a referência à associação entre exposição à radiação ionizante e o aumento da incidência de neoplasias, ou seja, cânceres.

Os riscos sociais são também extremamente nocivos a população: aumento da exploração sexual, tráfico de drogas e apagamento de culturas tradicionais.

(MELO, 2015 p. 158 apud RIGOTTO et al., 2010; 2014; VICENTE DA SILVA, 2014; ZHOURI & LACHESFKI, 2010):

A fase de instalação desses empreendimentos, como tem sido observado em estudos sobre os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento, implica uma série de alterações sobre o metabolismo social, com frequente aporte de população e modificações na dinâmica social que por vezes resulta em aumento da violência, do consumo de drogas, da exploração sexual de mulheres e adolescentes, da especulação imobiliária e de maior pressão sobre os serviços de saúde, educação, abastecimento hídrico e segurança pública, implicando, inúmeras vezes em processos de desterritorialização destas populações.

No caso em questão as comunidades assentadas do MST que sequer foram ouvidas adequadamente pelo IBAMA¹⁸ podem ter suas produções de subsistência reduzidas a nada pois a contaminação do solo e da água provocam escassez drástica dos nutrientes do solo, além da contaminação dos animais.

(Rigotto, Aguiar, Costa, & Almeida, 2014), página 13:

O ponto de vista da segurança alimentar, é importante levar em conta que raízes e tubérculos, como a cenoura e a mandioca, bastante cultivadas e consumidas nas comunidades agrícolas do entorno, podem absorver e concentrar radionuclídeos presentes no solo, levando à ingestão de alimentos contaminados.

Considerações Finais

O serviço do MST enquanto parte da sociedade em busca da reforma agrária é vital na luta contra a fome e principalmente contra a exploração de senhores sociopatas contra camponeses. Lidar com a reforma agrária de maneira séria, fora do oportunismo político impõe sobre a comunidade nacional brasileira uma ruptura na sua forma de observar causas sociais. É preciso romper a hegemonia do agronegócio que nos leva contra a soberania alimentar e impede que o país possua uma lei de abastecimento interno para melhorar as condições de vida da população. A forma hegemonicamente capitalista, baseada no lucro e na exclusão da participação pública faz com que projetos como a exploração de urânio no sertão cearense sejam pautados. Nossas existências precisam acima de tudo coexistir, não há

¹⁸ IBAMA é a sigla do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que é um órgão federal responsável pelas políticas de proteção do meio ambiente no Brasil. Responsável pela análise do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria.

progresso capaz de se manter sólido sobre extermínios, quando falamos em MST, em Reforma Agrária e em Justiça Social falamos de gente na totalidade do que a palavra corresponde, e no seu significado máximo: humano. Necessitamos da humanização da política e da humanização do progresso. Viva a Reforma Agrária! Poder ao povo.

Referências

- Assumpto Triste, JORNAL A LUCTA. (9 de Junho de 1915). *A LUCTA*, p. capa.
- Cavalcante, J. L. (2022). A LEI DE TERRAS DE 1850. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/>, 1-2.
- Cunha, G. H. (2020). O ALGODÃO NA ECONOMIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ DURANTE O SÉCULO XIX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXII – V. 3 - N. 47*, 217-223.
- Diniz, A. S. (2010). MST – CEARÁ, 20 ANOS DE MARCHAS . *Mercator*, 136.
- INCRA. (7 de Dezembro de 2020). Fonte: INCRA: <https://50anos.incra.gov.br/caninde-referencia-de-luta-pela-reforma-agraria-no-ceara/>
- Innocentini, T. C. (2009). *Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade* . São Paulo: Escola de Economia de São Paulo.
- Lacerda, F. G. (2006). Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes. *Revista Brasileira de História*, 195-225.
- Medeiros, M. A., & Diniz, A. S. (1999). A MINA DE ITATAIA EM SANTA QUITÉRIA-CE: O URÂNIO E. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 82.
- Melo, R. D. (2015). *RISCOS AMBIENTAIS, PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO E CONTROVÉRSIAS EM* . Fortaleza: Biblioteca Universitária - UFC.
- Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra*. (2022). Fonte: MST : <https://mst.org.br/educacao/>
- Rigotto, R. M., Aguiar, A. C., Costa, D. S., & Almeida, E. F. (Novembro de 2014). *Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria em suas relações com a Saúde Pública, a Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e a Saúde Ambiental*. Fonte: TRAMAS - UFC: <http://www.tramas.ufc.br/>
- Silva, J. G. (julho de 1971). *A Reforma Agrária no Brasil*. Fonte: Scielo: <https://www.scielo.br/j/rae/a/HFpDX3j6BYsHdrkJCDkphSv/?format=pdf>
- Symanski, L. C. (2008). Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, 2-3.

Terra Brasileira. (2022). Fonte: Terra Brasileira:

<http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/cotidiano/420agricul.html>